

ESPECIAL

O novo ensino médio

Coerência com a atualidade é o objetivo da reforma proposta à escola brasileira. Leia tudo sobre o assunto nesta edição.

Comunidade acadêmica, média e superior, aplaude as mudanças.



Educação agora é para a vida

Reforma do ensino médio proposta pelo MEC joga para fora das escolas aquele currículo feito para treinar alunos

IONICE LORENZONI

da ACS/MEC

No novo currículo do ensino médio, o peso principal está na compreensão dos conhecimentos para uso cotidiano. Conhecimentos para serem usados no dia-a-dia são aqueles que possibilitam ao estudante usar o que aprendeu para se comunicar melhor com seu grupo social, interagir no trabalho, consultar livros e pesquisar, questionar os conhecimentos que recebe na escola, na igreja, pela televisão, enfim, tomar decisões no momento que precisar.

Aprovadas em junho de 1998 pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo MEC, as diretrizes do novo ensino médio colocam a escola como agente principal na definição do currículo, o professor como agente transformador e o estudante, o cidadão-alvo de toda mudança. As linhas gerais da reforma estão definidas em quatro livros, os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, guias para orientar a escola e os professores na aplicação do novo modelo. Ao dispor os conteúdos de forma interligada por área, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* criam os caminhos para atingir o objetivo de levar ao estudante conhecimentos capazes de torná-lo uma pessoa crítica, versátil e hábil para continuar aprendendo e se adaptando às constantes exigências do mundo globalizado.

As novas diretrizes colocam a escola como agente principal na definição do currículo, o professor como agente transformador e o estudante, o cidadão-alvo da mudança



Fotos: Julio César Paes

As novas diretrizes querem tornar o estudante uma pessoa crítica, hábil e versátil na vida

Cidadão, sim!

Para formar esse cidadão capaz de perceber o mundo e atuar sobre ele a partir da sua comunidade, o novo currículo deverá estar estruturado sobre os eixos da *interdisciplinaridade* e da *contextualização*. Para não cair novamente no ensino estanque, na informação que só serve para ser usada nas provas, concursos e vestibulares, a *interdisciplinaridade* é um princípio básico dessa reforma.

A idéia é permitir a permeabilidade entre as diversas áreas e disciplinas que possibilite ao estudante cruzar o conhecimento de uma dessas áreas com as demais.

A *contextualização*, por sua vez, vai exigir que todo conhecimento tenha como ponto de partida a experiência do estudante, o contexto onde está inserido e

onde ele vai atuar como trabalhador, cidadão, um agente ativo de sua comunidade.

Essa abordagem ampla requer a intervenção do estudante em todo o processo de aprendizagem, fazendo as conexões entre os conhecimentos. Esse aluno que estará na vanguarda não será nunca um espectador, um acumulador de conhecimentos, mas um agente transformador de si mesmo e do mundo.



A abordagem ampla requer conexão dos conhecimentos

Este é o segredo

Para mudar o caráter enciclopédico do ensino brasileiro que tem mais de três décadas, o currículo que será montado pelas escolas tem o compromisso de fazer com que os conteúdos sejam entendidos como meios para atingir o objetivo de formar pessoas flexíveis, críticas e capazes de continuar aprendendo, e não um estudo com fim em si mesmo. Experimentar o conhecimento, raciocinar sobre sua aplicação, fazer conexões, exercitar o raciocínio, este é o segredo. A memorização que hoje sobrecarrega os estudantes está em segundo plano.

Essa nova abordagem tem uma finalidade: capacitar o aluno, ano a ano, a constituir competências, habilidades e disposições de conduta, e não simplesmente "entupir-lo" de informações que, na maioria das vezes, terão pouca serventia. Estão nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* as diretrizes para a escola organizar o currículo que será constituído de duas partes: uma base nacional que engloba 75% do conteúdo, dividida em três áreas de conhecimento, e outra diversificada que corresponde aos 25% restantes.

Compreendendo a reforma

A cara da escola

Instituições poderão lançar mão de 25% do conteúdo do currículo para trabalhar características peculiares e valores que fazem a diferença



Fotos: Julio Cesar Paes

Ao terminar o ensino médio, o aluno deverá ter aprendido a pensar por si mesmo

Fazem parte da base comum proposta na reforma as áreas de Línguas, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias. Pelo currículo que as escolas vão organizar, ao estudar Línguas, Códigos e suas Tecnologias, o estudante deverá ser capaz de compreender e usar os sistemas simbólicos das mais variadas linguagens, confrontar opiniões, analisar e interpretar textos.

Estão agrupadas nessa área as diferentes formas de expressão, sendo a primeira delas a Língua Portuguesa, depois as línguas estrangeiras – pelo menos uma é obrigatória –, as Artes, as atividades físicas, a informática e qualquer outra linguagem, seja ela visual, sonora ou da natureza.

Os conhecimentos de Química, a Física, a Biologia e a Matemática, área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias, deverão levar o aluno a com-

preender as ciências como construções humanas, a entender a relação entre o desenvolvimento das ciências naturais e o desenvolvimento tecnológico e associar as diferentes tecnologias para a solução de problemas.

Impactos - O conhecimento isolado não tem mais vez. É o entendimento do impacto das tecnologias na sua vida pessoal, nos processos de produção, no desenvolvimento social, político e econômico que interessa.

Compreender a sociedade, sua formação e transformação, traduzir conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia e as práticas sociais e culturais são habilidades que o estudante deve adquirir na área de Ciências Humanas e, no cotidiano, se valer de todos os conhecimentos. Ao concluir o ensino médio, o aluno deverá, portanto, ter aprendido a pensar por si mesmo, a enfrentar e solucionar problemas. **(IONICE LORENZONI)**

Vanguardas da reforma no País

Os primeiros estudantes a experimentarem as mudanças no ensino médio estão no Paraná. Lá, cerca de dez mil professores se mobilizaram a partir de 1997 para discutir os documentos, promover seminários e puseram a proposta do MEC na ordem do dia. Daí em diante, escolas públicas e particulares começaram a implementar os novos currículos e de lá para cá esse número vem aumentando.

Em São Paulo, a rede particular avançou mais. A partir de 1998 a mobilização aumentou com a rea-

lização de seminários e congressos para debater a proposta e relatar as primeiras experiências.

O debate sobre a reforma também já começou nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Tocantins, Distrito Federal, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Santa Catarina. Um mapa do Ministério da Educação indica que, principalmente, as escolas da rede pública desses 11 estados estão discutindo os *Parâmetros Curriculares Nacionais*. **(IL)**

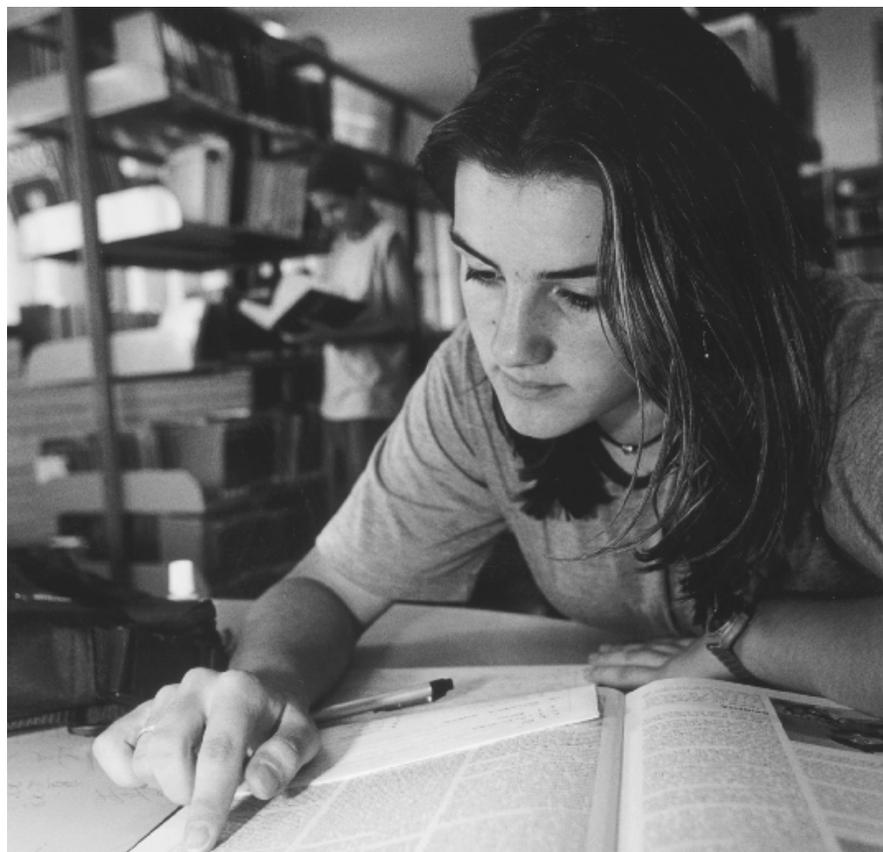
Conhecimento isolado não tem mais vez

As riquezas culturais e econômicas de cada região estarão presentes no currículo da escola. Esse conteúdo corresponde a 25% do currículo e é ele que vai definir os valores que serão ressaltados, em que uma escola será diferente da outra.

Integrada à base nacional, essa parte diversificada deverá ser construída em conjunto com os estudantes. Um currículo assim fundamentado deve prever também as for-

mas de avaliação. É a partir dela que os processos de seleção de alunos nas universidades também devem sofrer profunda reformulação.

O próprio MEC, ao realizar as provas do Enem, está sugerindo novos caminhos de avaliação. Tem a ver com o uso dos conhecimentos na solução de problemas que se apresentam na sociedade, na família, na escola, no trabalho, na rua, em todos os espaços ocupados pelo cidadão. **(IL)**



Nas provas do Enem, o MEC já põe em teste a sagacidade prática do estudante

Para melhor compreender os processos produtivos

Reforma põe fim à dualidade entre Ensino Médio e Educação Profissional, preparando o trabalhador do futuro

MOTA BRITTO

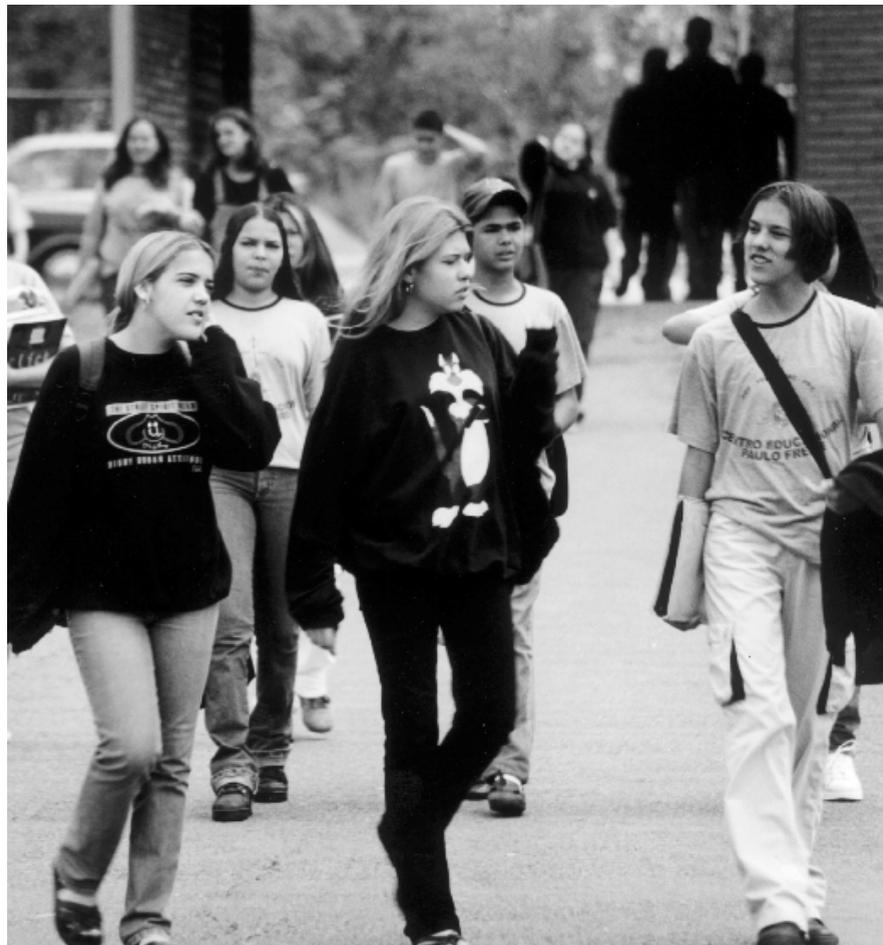
da ACS/MEC

O ensino médio e a Educação Profissional caminham hoje separados. Até bem pouco tempo, essas duas vertentes se confundiam – uma fazia parte da outra. O jovem terminava não tendo uma formação geral consistente e era “engolido” por cursos profissionalizantes, desvinculados da realidade do mercado de trabalho.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, esse quadro começa a mudar. A formação técnica passa a ser complementar à Educação geral e não um pedaço dela. Ao ensino médio cabe garantir a preparação básica não só para o trabalho como para a vida. O aluno aprende noções gerais que podem indicar caminhos e vocações.

Já a Educação Profissional é especificamente dirigida às necessidades do mercado de trabalho. Se determinado setor precisa de pessoal capacitado para gerenciar algum tipo de atividade, formam-se profissionais para isso. Mas a preparação básica é imprescindível.

O objetivo é garantir uma boa base de conhecimentos gerais, de modo que o aluno possa, no futuro, partir para vãos mais altos no campo da pesquisa e da produção científica universitária, ou optar pelo ingresso imediato no mercado de trabalho.



Julio César Paes

A formação técnica passa a ser complementar à Educação geral e não um pedaço dela.

Ao ensino médio cabe garantir a preparação básica não só para o trabalho como para a vida.

O aluno aprende noções gerais que podem indicar caminhos e vocações.

A última etapa do ensino médio

Com as mudanças, a Educação Profissional passou a ser a última etapa do ensino médio. Ela divide-se em três níveis: básico, técnico e tecnológico. O básico tem o objetivo de atender às necessidades de qualificação ou requalificação de trabalhadores com diferentes graus de escolaridade.

Trata-se de uma Educação não-formal, sem currículos preestabelecidos, em que é possível alterar os cursos de ano para ano, conforme as necessidades do mercado.

O segundo nível, técnico, é destinado a formar profissionais especializados em certas tecnologias e processos, que tenham um componente gerencial e necessidade de mais sofisticação, como saber interpretar desenhos técnicos, ler instrumentos e outras atividades mais elaboradas.

O profissional precisa de uma Educação geral consistente para apoiar a sua formação. Por isso, o aluno deve estar cursando ou já ter concluído o ensino médio. Trata-se de Educação formal, com padrões curriculares e car-

ga horária mínima definida, que tem validade nacional e gera diploma e direitos profissionais.

Por último, o tecnológico, que também confere diploma, embora não seja necessariamente de caráter universitário, e é de nível superior. A diferença para o curso universitário tradicional é que este forma alunos, visando a produção do conhecimento por meio de um ensino voltado para a pesquisa, enquanto o nível tecnológico é voltado para a produção de bens e serviços.

Estímulo ao pensamento abstrato

Acabou-se com aquela dualidade segundo a qual só adolescentes de classe média e alta podiam cursar um ensino médio do tipo acadêmico, enquanto os menos favorecidos viam-se direcionados para o ensino profissionalizante, de forma a ocupar uma profissão técnica no mercado de trabalho.

A partir de agora, todos devem ter uma formação básica que possibilite o pensamento abstrato e crítico. Não basta aprender a fazer de forma repetitiva determinado serviço. É necessário contextualizá-lo, entendê-lo. O que se pretende é diversificar o processo para chegar a resultados comuns, que representem um conjunto de habilidades e conhecimentos indispensáveis.

Objetivo - Esse conjunto de competências tem por objetivo a melhor inserção do indivíduo no mundo como cidadão. Inclui a preparação básica para o trabalho, mas não no sentido profissionalizante propriamente dito. O mais importante é a compreensão dos processos produtivos e a aplicação das ciências em todos os conteúdos curriculares.

Por isso, o Ministério da Educação está ampliando e reformando tanto o ensino médio como a Educação Profissional, por meio de programas separados, com recursos independentes.

A coordenação das reformas é da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec /MEC), que acaba de lançar os *Parâmetros Curriculares do Ensino Médio*. As novas diretrizes da Educação Profissional já estão no Conselho Nacional de Educação e devem ser aprovadas em breve.

Proep

Educar para o trabalho

Proep adapta oferta de Educação Profissional às necessidades do mercado

BRENA ZANON
da ACS/MEC

Escolas técnicas defasadas, com poucos alunos, cursos fora da realidade do mercado de trabalho, de um lado. Do outro, profissionais com baixo nível de escolaridade em empresas carentes de formação específica.

Esse era o perfil da Educação Profissional no Brasil. Desde 1996, o Ministério da Educação vem promovendo uma reforma no ensino profissional, que está integrando as escolas às necessidades do mercado de trabalho.

O Programa de Expansão do Ensino Profissional (Proep) é o instrumento do Ministério da Educação para a realização desta reforma. "O Proep visa a desenvolver ações integradas da Educação com a sociedade para implementar um novo modelo de Educação Profissional, com mais vagas, escolas modernas, bem equipadas, oferecendo cursos que realmente atendam às necessidades da sociedade", afirma o diretor do programa, Raul do Valle.

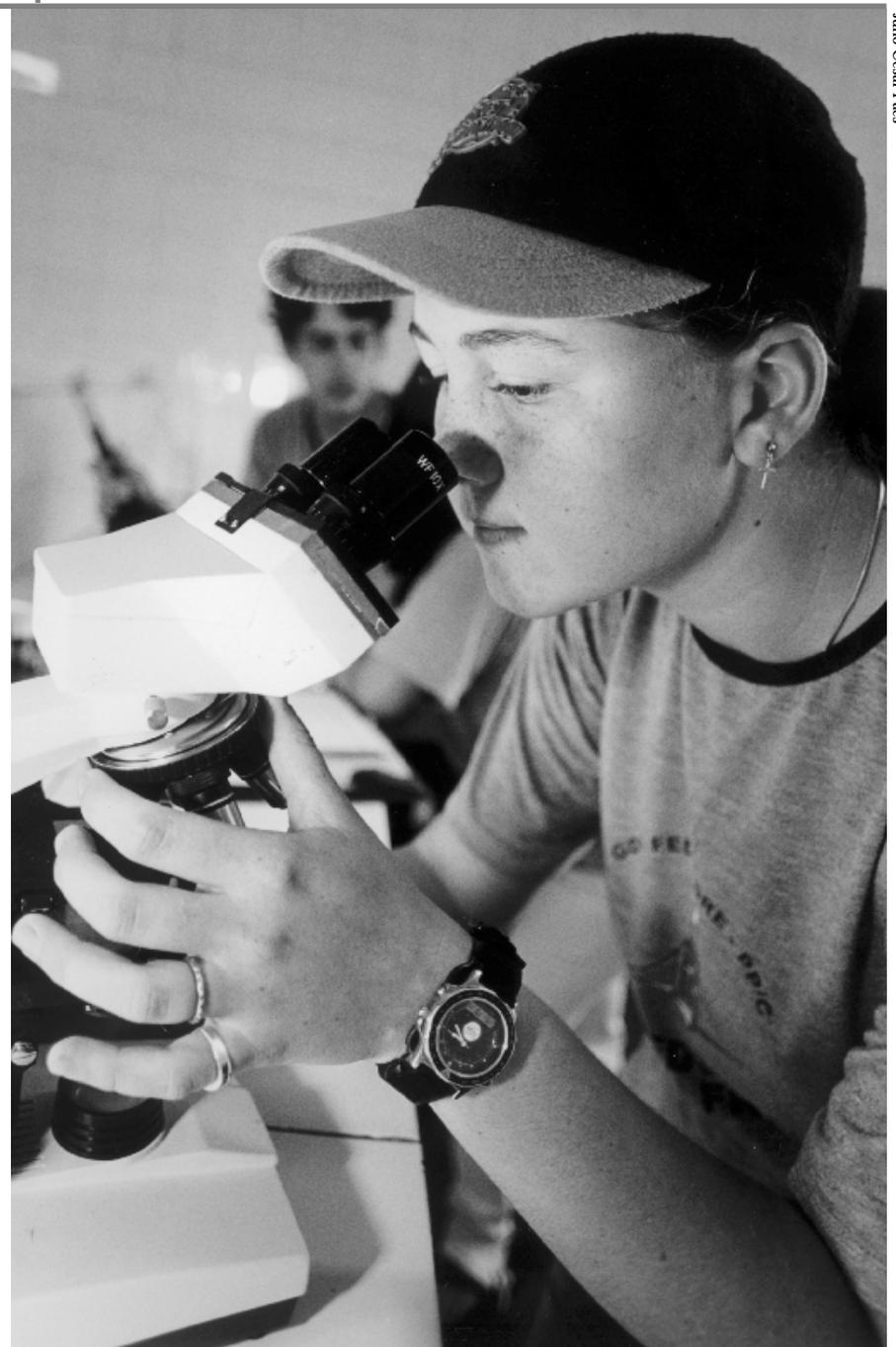
Para tanto, o Proep conta com US\$ 500 milhões, financiados pelo

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e pelo próprio Ministério da Educação. A meta é dotar os Centros de Educação Profissional de infra-estrutura, equipamentos e pessoal capacitado, adequar e atualizar currículos, transformando-os em centros de referência nacional.

Participação - Outra meta do Proep é triplicar, em cinco anos, a oferta de ensino profissional em todos os níveis. Para isso, o programa conta com a incorporação de dois novos atores no processo: os estados e o segmento comunitário.

Segundo Raul do Valle, a idéia é estimular estados e comunidade a assumirem parte da Educação Profissional no País. "O Governo Federal não pode e não deve ser o único responsável pela Educação, em especial, pela Educação Profissional", afirma.

Até agora, o Proep já assinou 77 convênios de investimento no valor de R\$ 142 milhões. Desse total, 13 foram assinados com o segmento comunitário, 16 com entidades de governo estadual e 48 com escolas técnicas e agrotécnicas federais.



Julio César Paes

Escolas bem equipadas e com mais vagas são o alvo do Proep no novo modelo

Em linha direta com vocês, professores



Alexandra Fernandes, professora de Ciências, no DF, concentrada no JMec



O **Jornal do MEC** agradece aos professores o interesse amplamente manifestado em receber exemplares de novas e antigas edições em suas residências, o que começará a ser feito assim que nosso cadastro de endereços estiver atualizado.

EDITORIAL

Novos tempos

Coincidência ou não, o ensino médio no Brasil passará por uma reformulação radical a partir do próximo ano, em que os números fazem um giro especial rumo à mudança de milênio. Chegamos ao fim de uma era com seu modo próprio de dispor saberes e inteligência, naturalmente ultrapassado pelo desenvolvimento de que somos testemunhas – se não personagens conflituados de sua prática defasada. O que significa dizer que não há mais tempo nem lugar para se fazer uso do pensamento fragmentado, estanque, compartimentado que, se útil e adequado à Idade Média e primórdios da Moderna, está para lá de obsoleto à dita Idade Mídia, ou Pós-moderna. A escola que o diga.

Lançada pelo Ministério da Educação, a reforma do ensino médio vem saldar essa dívida para com a sociedade brasileira. Dívida, porque a conquista de um estilo de vida antecipado pela ficção científica tem se acelerado incrivelmente – basta lembrar que há uma década, o computador para nós era “coisa do futuro” – e desde o advento da televisão já se sentia uma certa desarrumação no processo de absorver, conectar, adequar e fazer uso dos conhecimentos e informações que se expandiam. O reflexo da defasagem era tácito da casa à escola, da infância à idade adulta, e assistia-se ao crescente descompasso, impotentemente.

Passagem significativa entre estas duas fases, o ensino médio talvez fosse o mais perdido e desperdiçado no processo de maturação da inteligência, com resultados propícios a uma sombria reflexão, em família e na escola: podíamos ser melhores, vivermos melhor; funcionarmos como sociedade de forma mais pertinente à vivacidade e perspicácia que nos caracterizam como povo.

A transformação, portanto, que deverá ocorrer a partir da prática dos eixos interdisciplinaridade e contextualização será visível, embora trabalhosa de início até a sua mais completa absorção. Mas valerá a pena. Os exemplos de escolas que se anteciparam à implementação da proposta, apresentados nesta edição, não deixam margem a dúvidas. Uma dose de esforço a mais neste momento histórico e a escola brasileira estará condizente com o tempo em que estamos vivendo. Que nos perdoe Descartes com sua magnífica filosofia, mas o show tem que continuar.



CARTAS CARTAS CARTAS CARTAS

**Cariocas e fluminenses**

Na edição nº 10 do **Jornal do MEC**, de junho/99, na pág. 14 há uma reportagem sobre escolas construídas no município de São Gonçalo. No subtítulo, São Gonçalo é chamado de município carioca. Quero lembrar que carioca é referente à cidade do Rio de Janeiro. Quem nasce no estado do Rio de Janeiro é *fluminense*. E quem nasce em São Gonçalo é *são gonçalense*, logo, o mais correto seria dizer: *Novas construções no município fluminense...*

Waldemar Maria de Araújo, professor. Rio de Janeiro (RJ)

• *Valeu, Waldemar. Foi mesmo um cochilo nosso.*

Subsídio pedagógico

Solicito receber o **Jornal do**

MEC, que conheci no Colégio em que trabalho. Os temas, além de atuais, vêm fortalecer e subsidiar a prática pedagógica no interior da escola.

Sirlei Sens, professora e orientadora educacional - Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins. Guaruapuava (PR).

Fã de carteirinha

Admiro e estimo o **Jornal do MEC**, que chega até minha escola com muitas informações de estratégias, recursos e práticas educativas, que se tornaram úteis às minhas aulas, enriquecendo as experiências junto aos meus alunos. A equipe do Jornal está de parabéns.

Elci Nast, alfabetizadora, professora de História e orientadora. Senador Salgado Filho (RS)

■ Caro leitor, pedimos que identifique profissão, cargo e procedência – no caso de professor, a escola onde atua, por gentileza.

Jornal do MEC

Fundado em maio de 1988

Expediente

Sistema de Comunicação Social do MEC (SICOM)

Coordenadora-geral
Tânia Mara Viegas

Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Françóis René S. Lima

Núcleo de Produção Jornalística
Jornalista responsável:
Sandra Carla Inácio

Editora - Angélica Torres
Chefe de reportagem - Elaina Daher
Revisora - Beth Nardelli e Ezequiel Moraes
Colaborador - Rubens Amador
Apoio à produção - Ana Suelly Leite e Souza
Editoração eletrônica - Carlos Bill (ALÔ)
Impressão - Gráfica Sabe (0XX34)218-7788

ACS/Tel. - (0XX61) 410-8133 / 321-5911
Fax - (0XX61) 225-1910
End.: Esplanada dos Ministérios - Bloco "E"
Sala 905 - Pabx: (0XX61) 410.8484
Cep: 70.047-900 - Brasília-DF
Internet: <http://www.mec.gov.br>
E-mail: jornalmec@acs.mec.gov.br

Ministério da Educação

Ministro Paulo Renato Souza

Chefe de Gabinete
Edson Machado de Sousa

Assessoria para Assuntos Internacionais
Vitória Alice Cleaver

Assessoria Parlamentar
Emília Maria Silva Araújo

Secretaria Executiva
Luciano Oliva Patrício

Secretaria de Controle Interno (Ciset)
Waldemir Emanuel Pereira Rangel

Secretaria de Educação Fundamental (SEF)
Iara Glória Areias Prado

Secretaria de Educação Especial (Seesp)
Marilene Ribeiro dos Santos

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

Maria Helena Guimarães de Castro

Secretaria de Educação a Distância (Seed)
Pedro Paulo Poppovic

Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec)
Ruy Leite Berger Filho

Secretaria de Educação Superior (SESu)
Abílio Afonso Baeta Neves

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Mônica Messenberg

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Abílio Afonso Baeta Neves

Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)
Fernando de Mello Freyre

Instituto Benjamin Constant (IBC)
Carmelino Souza Vieira

Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines)
Stny Basílio Fernandes dos Santos

Leitura obrigatória para o professor

Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio são a base da filosofia de aprendizagem proposta

MOTA BRITTO

da ACS/MEC

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* (PCNEM) são apenas o começo de uma longa jornada. Mas o caminho para o novo ensino médio está finalmente pavimentado. A prática diária dos professores nunca mais será a mesma. Acabou-se a era da decoreba, da memorização pura e simples. O mais importante agora é a capacidade de raciocínio e compreensão da vida. Trata-se de uma mudança radical de mentalidade. E isso não se

consegue da noite para o dia.

Na apresentação do documento, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, reafirma a confiança na capacidade do professor de transformar efetivamente a Educação em nosso País. O ensino médio agora está na linha de frente. O número de matrículas não pára de crescer. Até o ano 2000 serão 10 milhões de alunos.

“Nossa meta é fazer com que todo jovem brasileiro conclua o ensino médio, e reúna condições de exercer plenamente o seu direito à cidadania”, afirma o ministro Paulo Renato.

Prática diária em quatro volumes

Os PCNEM dividem-se em quatro volumes e vão servir de apoio à reflexão sobre a prática diária do professor, o planejamento das aulas e o desenvolvimento do currículo da escola. A liberdade deve ser a tônica de todo o trabalho. O que se propõe é um currículo baseado no domínio de competências básicas e não no acúmulo de informações.

O primeiro volume refere-se às

bases legais da reforma e dá uma boa visão de onde se pretende chegar. É leitura obrigatória para todos os professores e faz um histórico do processo de trabalho do MEC para a elaboração dos *Parâmetros*, o engajamento dos professores e as dificuldades encontradas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação é comentada, ponto a ponto, de modo a não deixar dúvidas sobre o novo panorama da Educação no País.



Os quatro volumes do documento: alicerces de uma nova concepção de aprendizagem

Áreas do conhecimento

Os PCNEM são divididos por áreas do conhecimento, que se misturam e se complementam. O respeito à diversidade é o principal eixo da reforma. Assim, o conceito de energia, dos modelos de átomos e de moléculas, por exemplo, não pertence apenas à “Física”, pois está ligado também à Química e à Biologia. Tudo se integra. O importante é compreender os fenômenos e saber como e por que eles interagem.

A primeira área, contida no volume II, é a de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, onde são definidas as competências e habilidades em conhecimentos de Língua Portuguesa, Língua

Estrangeira Moderna, Educação Física, Arte e Informática. A linguagem é vista aqui como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los.

No volume III, dedicado às Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, estão as habilidades básicas que se espera sejam desenvolvidas pelos alunos em Biologia, Física, Química e Matemática. O que se valoriza não são apenas os conhecimentos práticos, contextualizados, que respondam às necessidades da vida contemporânea. Há também toda uma cultura geral e uma visão de mundo, que não podem ficar em segundo plano.

Ciências Humanas estão no Vol. IV

O IV e último volume dos PCNEM trata das Ciências Humanas e suas Tecnologias, abrangendo competências e habilidades nas áreas de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Política e Filosofia. O documento repensa o papel das Ciências Humanas na escola básica, organizando-as em uma área de conhecimento do ensino médio, de acordo com princípios estéticos, políticos e éticos.

A idéia central é assegurar ao estudante a possibilidade de se construir como ser pensante e autônomo, dotado de identidade social. É preciso compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana; a si mesmo como agente social; e aos processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos.



Fotos: Júlio César Paes

O professor tem às mãos o desafio de melhorar a qualidade do sistema educacional

“Conhecimentos devem estar relacionados com a vida”

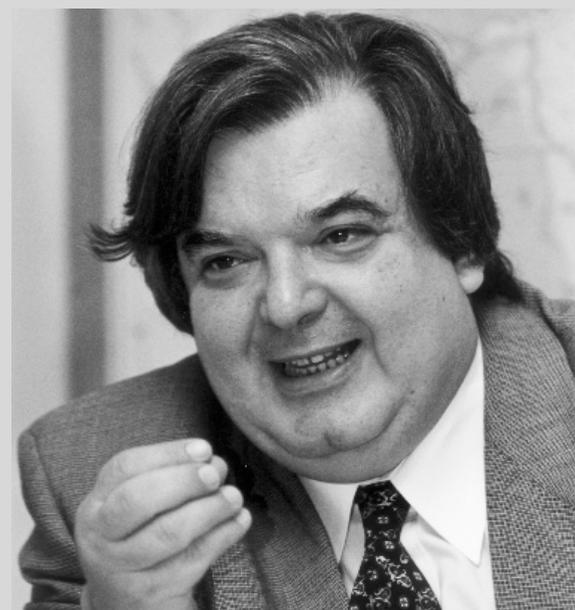
Diretor da reforma fala da mudança de mentalidade que se quer da Educação brasileira

Graduado em Letras pela PUC/Rio, com pós-graduação em Lingüística pela UFRJ, Ruy Berger Leite Filho saiu da sala de aula, onde lecionava na Universidade Federal do Piauí, para trabalhar no ousado e ambicioso projeto que estava no pensamento do ministro Paulo Renato.

Assumiu no Ministério, em 1995, a direção do Departamento de Desenvolvimento da Educação, passando a secretário de Educação Média e Tecnológica três anos depois, já com o projeto da reforma do ensino médio tomando forma e enfrentando com doses equilibradas de bom-humor e austeridade as reticências que uma proposta de transformação desse porte naturalmente sofreria até ser compreendida em sua pretensão e amplitude.

Comunicativo, carismático, didático, acessível, são alguns dos adjetivos com que costuma ser qualificado e que, certamente, facilitaram a heróica tarefa de empreender a necessária, e amplamente desejada, mudança arquitetada pelo ministro.

Nesta entrevista ele explica com verve de professor veterano as grandes linhas das quais surgirá um novo modelo de ensino médio, na prática. O mérito da realização do projeto é dividido com professores, especialistas e equipes das secretarias de Educação nos estados, que participaram de sua construção, segundo ele próprio conta.



Fotos: José Alberto / Macro

Ruy Berger: bom-humor e dedicação contra as reticências

SÚSAN FARIA
da ACS/MEC

Quais as principais mudanças propostas pelo Ministério da Educação na estrutura do ensino médio no País?

As principais mudanças têm dois pontos-chaves: o primeiro é a flexibilidade. Nós temos uma escola média com alunos que vêm de trajetórias escolares e de vidas diferentes, com projetos de futuro diferentes, e a escola precisa atender a essa diversidade. O estudante está concluindo aquele processo de Educação que lhe propicia uma melhor inserção na vida adulta como um todo – pessoal, profissional, política, no trabalho... É a etapa final da Educação Básica. A segunda grande mudança é a diversidade. As escolas terão a possibilidade de construir projetos curriculares diversificados desde que respondam a um conjunto de resultados finais esperados para todos os alunos do ensino médio.

Que trabalhos o MEC vem desenvolvendo junto com as escolas para que

essas mudanças se tornem concretas?

O Ministério não atua muito diretamente com as escolas, embora tenha algumas ações que chegam diretamente a elas, por meio das Secretarias de Educação, com as quais temos um conjunto de ações. Primeiro, de difusão e segundo, de implementação.

De que forma os professores estão inseridos no contexto da reforma?

Os professores são o alvo principal das estratégias de implementação da reforma. Qualquer reforma educacional não pode esquecer seu principal agente, o professor, pois ela se concretiza na sala de aula.

“Qualquer reforma educacional não pode esquecer seu principal agente, o professor, pois ela se concretiza na sala de aula”

dimento da reforma. Além disso, estamos elaborando material que chegará às mãos dos professores. Todos receberão, a partir do fim do ano, os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*, a serem entregues também às escolas públicas e particulares.

Existem limites a serem preestabelecidos pelo Ministério?

Existe um conjunto de competências que o aluno deve ter ao final do ensino médio dentro de cada uma das grandes áreas do campo de conhecimento: Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Para cada um desses campos foi estabelecido um conjunto de resultados de competências esperadas. Os alunos precisam saber trabalhar bem com a representação, seja na linguagem coloquial, seja em gráficos, tabelas, na leitura, composição e comunicação.

Como deve funcionar isso, na prática?

Todo trabalho feito no ensino médio precisa estar vinculado ao que é significativo para o estudante, para o que lhe faz sentido. Não adianta saber como é o processo de reprodução da samambaia na aula de Biologia e não saber vincular isso a coisas para o seu cotidiano. Eu sei que esse é um fato que deve ser de interesse dos botânicos, não de interesse geral. Agora, outras coisas são de interesse geral: a questão da Biologia relacionada à saúde; da Química relacionada ao tratamento da água, aos processos químicos ou à reação de certos remédios no nosso organismo. Enfim, os conhecimentos dados na escola precisam estar relacionados à vida.

Ou seja, um ensino mais voltado ao lado profissional?

Para a vida profissional e também pessoal, para a inserção política e social, do conjunto. A vida profissional é importantíssima para cada um dos cidadãos e isto tem de estar fortemen-

te vinculado no ensino médio, ainda que ele não seja profissionalizante. A profissionalização se dá de forma complementar e o ensino médio deve oferecer as bases para essa profissionalização.

Quando a reforma do ensino médio estará implementada no País?

No ano 2000 deve começar de forma massiva, com mais capilaridade, chegando a todas as escolas. Não é uma reforma para ser implementada em um ano só. Exige de três a quatro anos para estar em maior velocidade porque ela é uma mudança de mentalidade com relação à escola e ao papel do ensino médio na Educação.

Os professores captaram as idéias da reforma?

Uma parte considerável sim, principalmente onde foi feita uma maior difusão de seus princípios. A grande maioria do professorado do ensino médio – 89% – tem curso superior completo, passou por um processo de ensino (a graduação) que trabalha a reflexão. Então, eu acredito que eles já tenham um bom nível de informação da reforma.

Cada escola vai ter a possibilidade de montar seu cronograma de trabalho?

Os Conselhos Estaduais de Educação, quando regulamentam a reforma, estabelecem um prazo para que as escolas possam se adequar e lhes apresentar o plano de trabalho. As escolas têm bastante liberdade e flexibilidade para propor organizações curriculares próprias, desde que atendam a um conjunto de resultados finais esperados e estabelecidos pelas normas do Conselho Nacional de Educação.

Essa reforma é irreversível?

Sim. Na verdade, ela começa o seu processo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que já define um novo papel para o ensino médio: ser a etapa final da Educação Básica, que nós chamamos de vestibulo, sala de en-

trada para a vida adulta. Nós construímos um projeto de ensino médio com professores, discutido com especialistas, com a participação das secretarias estaduais. Não é uma reforma de difícil aceitação porque ela responde àquilo que os alunos e os professores do ensino médio querem.

O número de matrículas no ensino médio está mesmo “explodindo”?

Sim, só do ano passado para este tivemos 11,5 % de aumento. De 1994 para 1999, houve 57% de crescimento do ensino médio. Isso significa que estamos incluindo, hoje, por meio principalmente das redes estaduais, um contingente muito maior de brasileiros que não chegavam ao ensino médio.

A reforma contribui para acabar com a coreba?

Com certeza, a gente precisa hoje, mais do que acumular informações – o que o Paulo Freire chamava de Educação Bancária – trabalhar a articulação dessas informações, o raciocínio, dar autonomia para que o aluno saiba onde buscá-las, como selecioná-las, até porque a quantidade de informações que se produziu e se produz no mundo hoje é imensa. A escola deve estar mais voltada para trabalhar essas competências

no aluno do que ficar repassando a ele um conjunto de informações. Óbvio que não se forma competência sem informação. Mas o foco é diferente.

Como é hoje o ensino médio no País?

É enciclopédico. Trabalha muito a informação, mas compartimentada.

Foi cada vez mais se atendo ao que o vestibular exigia e tem uma formação da escola quando era dirigida exclusivamente para as elites. Hoje, há a forte inclusão de uma faixa da população que estava fora da escola média. O ensino médio tem de estar voltado para a nova clientela, trabalhar de uma forma diversificada, atender tanto ao jovem de 15, 16, 17 anos

– que teve um fluxo normal de escolaridade – quanto ao jovem trabalhador, que quer melhorar sua Educação geral porque precisa se aprimorar para o mercado de trabalho. Em função disso, e para também nos adequarmos a essa sociedade em que vivemos, onde a tecnologia tem função importante, precisamos trabalhar melhor os valores humanistas, associados à visão tecnológica do mundo. Essa é uma reforma que precisa se adequar ao alunado que chega à escola e aos princípios do mundo em que estamos vi-

vendo.

A reforma vale para as escolas das redes pública e particular?

A mudança curricular foi estabelecida, a partir da LDB, por uma proposta do MEC ao Conselho Nacional de Educação, em meados do ano passado, para as redes pública e particular de ensino. Primeiro, fizemos um grande movimento de difusão das idéias da reforma no meio educacional e agora estamos trabalhando as estratégias de implementação plena. Não vai atingir, até o ano que vem, todos os alunos, mas pelo menos os da 1ª série terão essa nova abordagem curricular, uma base comum de resultados em, no mínimo, 75% do seu tempo de trabalho e com grande diversificação no resto do currículo.

Quais os reflexos da reforma no vestibular?

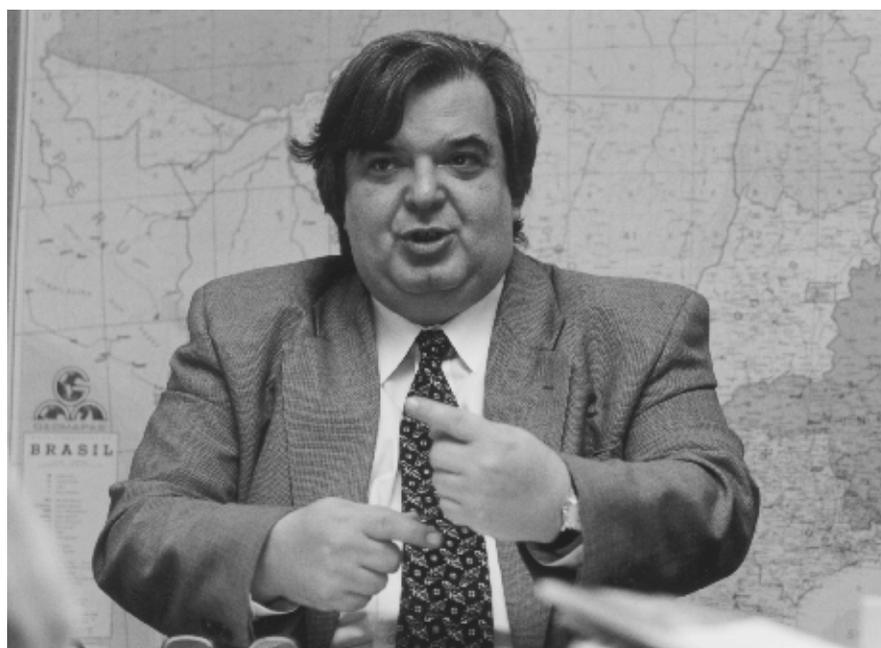
A reforma vem acompanhada de um conjunto de outras medidas. Primeiro, o vestibular como tal deixa de ser obrigatório. O processo seletivo de acesso ao ensino superior está sendo mais racional, nos últimos tempos, dentro de algumas universidades. O MEC propôs um exame que sirva como elemento alternativo e como um dos elementos para o acesso ao ensino superior: o Enem, perfeitamente afinado com a reforma.

E quanto ao mercado de trabalho?

Tem um outro fator que todas as pesquisas realizadas ultimamente mostram: um grande número de alunos do ensino médio está mais preocupado com a sua profissionalização de nível técnico ou uma melhoria da Educação geral para se inserir no mercado de trabalho. E o ensino médio tem que dar conta de tudo isso, também daqueles que pretendem prestar um exame, passar por um processo seletivo para ir à universidade.

“A reforma deve começar no ano 2000 e vai exigir de três a quatro anos para ter mais velocidade, porque é uma mudança de mentalidade”

“Para nos adequarmos a essa sociedade, onde a tecnologia tem função importante, precisamos trabalhar melhor os valores humanistas associados à visão tecnológica do mundo”



Berger: “Não é uma reforma de difícil aceitação porque ela responde àquilo que os alunos e os professores do ensino médio querem”

■ Colaborou a repórter Brena Zanon, da ACS/MEC

Expansão do ensino médio

Matrículas chegam a 11,5% este ano

Aumento desde 1994 atinge 57,3% e País agora tem 7 milhões e 767 mil alunos no ensino médio

GILMAR PIOLLA

do INEP/MEC

A matrícula no ensino médio aumentou 11,5% este ano, conforme revelam os dados do Censo Escolar de 1999, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC). O Brasil possui agora 7 milhões e 767 mil alunos neste nível de ensino. Em 1998, este número era de 6 milhões e 968 mil. A taxa de crescimento da matrícula no período de 1994 a 1999 foi de 57,3%.

A pressão atual sobre a matrícula do ensino médio se dá exclusivamente no setor público, sobretudo nas escolas mantidas pelos governos estaduais.

Este ano, a matrícula nas escolas da rede pública estadual evoluiu 15,8%. Sobre o ano de 1994, a evolução é de 74%. As escolas públicas estaduais já atendem 79% do total de alunos do ensino médio, contra 71,5% em 1994.

Governos - Os governos estaduais, de acordo com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), são os principais responsáveis pela manutenção do ensino médio.

No período de 1994 a 1999, na soma das redes estadual, federal e municipal, a matrícula do setor público apresentou uma variação expressiva, de 67,5%.

Nas escolas privadas, entretanto, o fenômeno se inverte. Neste ano, confirmando tendência verificada em 1998, a matrícula caiu 0,2%. Com isso, a participação da rede privada, em relação à matrícula total, recuou de 20,9%, em 1994, para 15,8%, em 1999.

A pressão atual sobre a matrícula do ensino médio se dá no setor público, sobretudo nas escolas mantidas pelos governos estaduais



Julio Cesar Paes

Democratização do acesso e melhoria do fluxo escolar influenciaram a expansão

Ensino está menos elitizado

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, atribui o aumento da matrícula na rede pública à democratização do acesso ao ensino médio e à melhoria do fluxo escolar.

“A demanda por vagas vem sendo canalizada para o setor público, pois o ensino médio, atualmente, ao contrário da década de 80, está muito menos elitizado”, afirma o ministro.

Outro fator que contribui para elevar a pressão por vagas no ensino médio, segundo Paulo Renato, é o mercado de trabalho, cada vez mais seletivo.

Velocidade - Esta procura por vagas nas escolas públicas deve continuar crescendo na mesma velocidade com que tem aumentado o número de concluintes do ensino fundamental, que é de aproximadamente 12% ao ano, explica a presidente do Inep, Maria

Helena Guimarães de Castro.

“Como o ensino médio se tornou mais acessível à população de baixa renda, supõe-se que, daqui para frente, a demanda por novas vagas exigirá esforços ainda maiores dos sistemas estaduais de ensino”, afirma.

Por isso, a garantia de acesso ao ensino médio é hoje uma das principais preocupações do Ministério da Educação.

“Estamos buscando alternativas, em parceria com as secretarias estaduais de Educação, como um empréstimo do Banco Mundial, para que todos os alunos que concluíam o ensino fundamental possam ingressar no ensino médio”, assegura.



Wanderley Pessoa

Maria Helena: alternativas

Taxa de escolarização ainda é baixa

Apesar da evolução significativa da matrícula, o percentual da população brasileira de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ainda é muito baixo.

Este percentual evoluiu positivamente. Era de 22,7% em 1994 e agora chega a 32,6%.

Na média dos países que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), este percentual alcança 80%.

Distorções - O Brasil poderia ter uma taxa de escolarização mais elevada nesta faixa etária, caso não apresentasse altos índices de distorção idade-série, provocados pela repetência e pela evasão.

Para se ter uma idéia, no ano passado 24% dos 35,8 milhões de alunos do ensino fundamental tinham 15 anos ou mais de idade e já poderiam estar cursando o ensino médio.

Ensino Médio/ Matrícula Inicial por Dependência Administrativa 1994/99

Ano	Matrícula por Dependência Administrativa								
	Total	Federal	% Estadual	% Municipal	% Particular				
1994 ⁽¹⁾	4.936.211	106.428	2,2	3.528.471	71,5	270.973	5,5	1.030.339	20,9
1995 ⁽¹⁾	5.374.831	113.524	2,1	3.808.326	70,9	288.708	5,4	1.164.273	21,7
1996	5.739.077	113.091	2,0	4.137.324	72,1	312.143	5,4	1.176.519	20,5
1997	6.405.057	131.278	2,0	4.644.671	72,5	362.043	5,7	1.267.065	19,8
1998	6.968.531	122.927	1,8	5.301.475	76,1	317.488	4,6	1.226.641	17,6
1999 ⁽²⁾	7.767.091	120.845	1,6	6.138.357	79,0	283.711	3,7	1.224.178	15,8
Tx. Cresc.									
94/99	57,3%	13,5%		74,0%		4,7%		18,8%	

Fonte: Inep/MEC

Notas: (1) Dados estimados (2) Dados preliminares

Enem induz mudanças no ensino médio

Reforma leva professores a sentirem-se estimulados para mudar forma de ensino e avaliação da aprendizagem do aluno

GILMAR PIOLLA
do INEP/MEC

Em seu segundo ano de aplicação, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) vem induzindo mudanças no ensino médio e nos processos de avaliação, tanto dos sistemas educacionais como de seleção para o ensino superior. Os próprios professores estão se sentindo estimulados a mudar a forma de ensinar e de avaliar o aprendizado dos alunos em sala de aula.

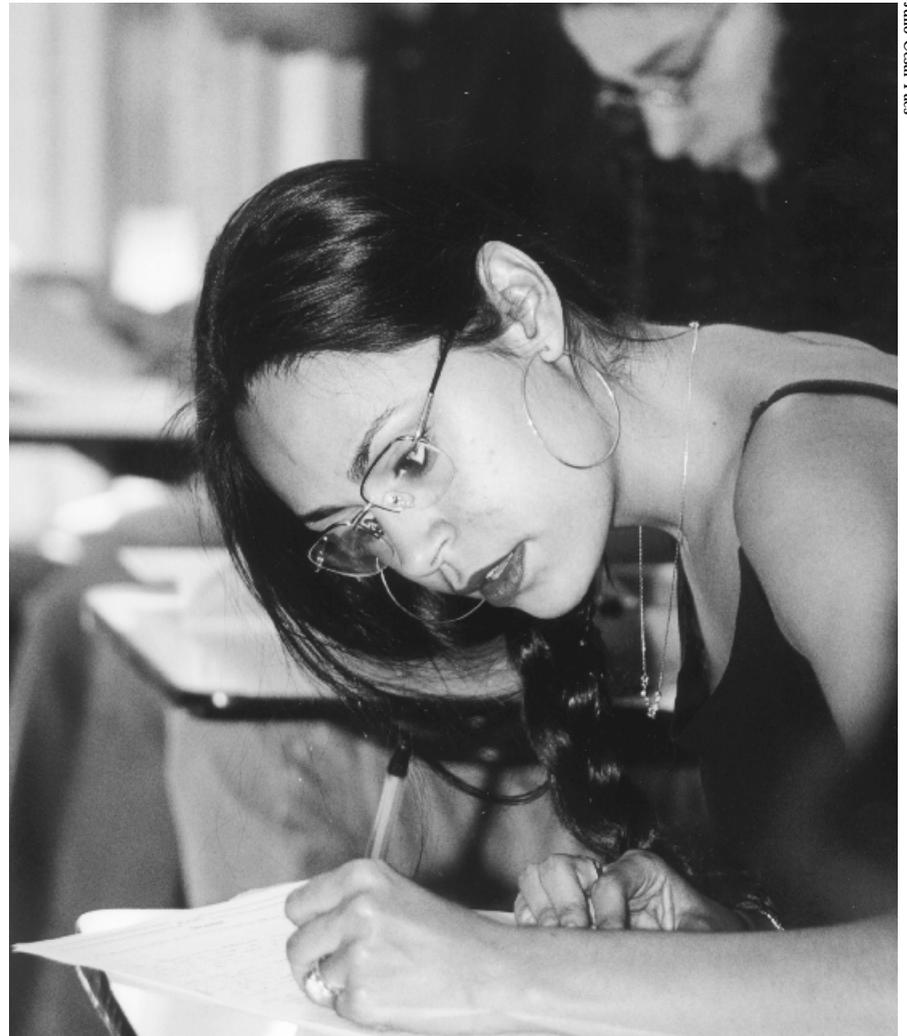
O exame é um marco inovador nas avaliações educacionais que vinham sendo realizadas no País. “Por ser uma avaliação que verifica o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais ao exercício pleno da cidadania, o Enem muda o enfoque presente nas avaliações tradicionais, que enfatizam a simples memorização de conteúdos, dando contexto ao que verifica, mobilizando os saberes disciplinares do aluno, expondo-o a problemas efetivos, a questões práticas e reais, avaliando o que foi efetivamente aprendido ao longo dos 11 anos de escolaridade básica”, explica Maria

Helena Guimarães de Castro, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), responsável pela realização do exame.

Habilidades - Segundo ela, “o Enem contextualiza as questões em torno de situações-problema, ou seja, coloca uma questão do cotidiano e oferece alternativas para a sua solução. Para resolvê-la, tem que se analisar o conteúdo proposto na situação e, recorrendo a diversas habilidades – ler, comparar, interpretar, entre outras –, decidir sobre a alternativa que melhor expressa o que foi proposto. Isto as avaliações tradicionais não fazem”.

A presidente do Inep explica, ainda, que o exame foi estruturado com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* e nas Matrizes de Referência para o Sistema de Avaliação da Educação Básica.

“O Enem afina-se perfeitamente com as tendências internacionais e com a reforma do ensino médio, exercendo forte influência na reformulação dos currículos e promovendo a interdisciplinaridade e a contextualização”, afirma.



Julio César Paes

O Enem contextualiza questões do cotidiano e oferece alternativas para a sua solução

Cresce adesão ao exame

O *Jornal do MEC* trouxe, na edição de agosto, 42 instituições que vão aceitar os resultados do Enem. Confira a lista com outras 30 que adotarão as notas do exame, totalizando 72, até o momento

A adesão das instituições de ensino superior ao Enem continua crescendo, segundo o Inep. Agora, já são 73 instituições que assumiram publicamente o compromisso de adotar as notas do Exame como um dos critérios de seleção para acesso aos cursos de graduação.

Das 73 instituições, 12 são públicas e 61 privadas. Os critérios variam de uma instituição para outra. É que, segundo a LDB, elas têm liberdade para definir os critérios de seleção, desde que respeitem as regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Fac. de Econ. e Finanças (IBMEC/RJ)
Fac. Hebraico-Brasileira Renascença (SP)
Faculdade de Economia São Luís (SP)
Faculdades Integ. de Jacarepaguá (RJ)
Assoc. Educ. Leonardo da Vinci – Fac. do Vale do Itajaí (Asselvi/Facivi/SC)
C. T. Automação Industrial (CTAI/ SC)
Soc. Unif. Ens. Sup. e Cultura (Suesc/RJ)
Faculdade Paulista de Serviço Social (SP)
Fac. Paul. de S. S. de S. Caetano do Sul
Universidade de Uberaba (MG)
Fac. de Administ. da Serra (Uniserra/ES)
Univ. de Ribeirão Preto (Unaerp/SP)
Universidade São Marcos (SP)
Universidade de Marília (Unimar/SP)
Fac. Integ. Campo Grande (FIC-Unae/MS)
Universidade Castelo Branco (UCB/RJ)

Fac. Integ. Anglo-Americano (FIAA/RJ)
Faculdades Integradas Bennet (RJ)
Faculdade Prudente de Moraes (SP)
Centro Universitário Capital (SP)
Fac. Integ. Hélio Alonso (Facha/RJ)
Univ. Metodista de São Paulo (Umesp)
Univ. do Sagrado Coração (Bauru/SP)
Centro Univ. de Barra Mansa (UBM/RJ)
Univ. Estad. de Ponta Grossa (UEGP/PR)
Assoc. Educ. Dom Bosco (Resende - RJ)
F. Eng. Industrial (FEI/ S. B. do Campo/SP)
Fac. Informát. (FCI/ S. B. do Campo/SP)
Universidade de Vila Velha (Univila/ES)
Centro Univ. de Votuporanga (Ceuv/SP)
Faculdade de Educação de Cacoal (RN)

Fonte: Inep/MEC

MEC não impõe obrigatoriedade

No momento, o MEC não pretende transformar o Enem em exame obrigatório. O que o Ministério está estudando é uma forma de isentar os alunos e ex-alunos oriundos de famílias carentes da taxa de inscrição.

Atualmente, segundo a presidente do Inep, o MEC já subsidia metade da taxa de inscrição ao exame. Somando todos os gastos para promover o Enem, desde o desenvolvimento, aplicação até a correção das provas e a publicação dos resultados, o custo por aluno é de aproximadamente R\$ 40,00. Entretanto, a taxa de inscrição cobrada dos alunos foi de R\$ 20,00.

Entusiasmo em sala de aula

Escola Estadual Rui Bloem, da zona sul de São Paulo, já implementa o novo ensino médio e mostra as vantagens

BRENA ZANON

Enviada especial da ACS/MEC

São Paulo - Com expectativa e medo. Foi assim que professores e alunos receberam as mudanças do ensino médio na Escola Estadual de 2º Grau Rui Bloem, na zona sul de São Paulo. “Enfrentamos resistência dos professores, porque eles estavam se

sentindo ameaçados, não conheciam a nova proposta e também não sabiam como seriam os novos componentes curriculares”, conta a professora de Biologia e coordenadora pedagógica do diurno, Elizabeth Bittencourt Martins.



Elizabeth Martins

Por isso, a reforma está sendo aplicada de forma lenta. “De nada adianta a escola chegar com um projeto pronto para o professor. Ele tem que fazer parte das discussões, pois é a peça fundamental da reforma”, enfatiza. “Além disso, é preciso dar um tempo para ele

se acostumar e ‘comprar’ a idéia”. Desde agosto, os professores vinham discutindo a legislação e os documentos do Ministério da Educação para replanear os conteúdos das disciplinas, de acordo com as áreas de conhecimento previstas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Um professor de cada disciplina também participa das discussões com a



A professora Ana Maria Andrade e seus alunos: mudanças eram desejadas por todos

delegacia de ensino do estado.

Entendimento - “O mais importante nessa etapa foi que os professores entenderam que os conteúdos vão continuar sendo dados, só que agora trabalhados de forma integrada com as outras disciplinas”, afirma a vice-diretora da escola, professora Marta Almeida. Para achar o tema norteador de cada

uma das áreas de conhecimento nos três anos do ensino médio, os professores reuniram-se separadamente por disciplinas e depois por áreas. “Procuramos manter o que eles já estão acostumados a trabalhar, para que não percam o referencial”, explica Marta Almeida.

Basicamente, a escola mudou capítulos de lugar, de forma que os assuntos correlatos pudessem ser abordados ao mesmo tempo nas disciplinas afins. O resultado surpreendeu professores. “Antigamente, a gente falava de um certo conceito em sala de aula, num semestre, e outro professor só ia falar de algo relacionado, que às vezes era pré-requisito para o entendimento do assunto, no ano seguinte. O aluno, claro, não conseguia fazer a relação entre os conhecimentos”, conta o professor de Física Fernando Guerra.

“Com a interdisciplinaridade, a gente tem o apoio de outros professores para dar respaldo ao assunto. Dá mais segurança ao professor, pois divide a responsabilidade”, completa a professora de História Ana Maria Andrade.

Todos estão ansiosos pelo ano que vem

Uma prova do entusiasmo com a reforma é que os professores da área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias resolveram aplicar a

mudança, prevista para o próximo ano, ainda este semestre. “Já estamos ensinando sobre gases de forma interdisciplinar. O resultado me deu novo ânimo. Há tempos eu não via os alunos tão entusiasmados”, conta o professor Fernando Guerra.

Os alunos confirmam. “É muito mais fácil para a gente entender a matéria quando os professores aplicam os conceitos à realidade e ainda fazem relação com outras disci-

plinas”, admite Ana Cristina Toledo, aluna do 2º ano. “A gente fica atenta e até participa das aulas”.

Todos já vinham sentindo a necessidade da mudança. Para o professor Fernando, o antigo ensino não atendia às necessidades do aluno e nem a dos professores. As aulas estavam enfadonhas. “O ensino estava muito dissociado da realidade do aluno. A proposta do MEC vem exatamente para reverter

isso”, afirma.

Esforço - No entanto, a implementação das mudanças desejadas não é nada fácil. “É um trabalho intenso,

mas é viável e o resultado final vale a pena”, destaca a professora Ana Maria.

Para a coordenadora-pedagógica, Elizabeth Martins, o professor é o componente essencial da reforma. “Se ele não comprar a idéia, não tem reforma. Se não acreditar nas propostas, quando ele fechar a porta da sala de aula, pode esquecê-las”, afirma.

Os professores lembram que, para aplicar a nova filosofia de trabalho, o ideal seria que tivessem tempo para se atualizar. Já os alunos cobram mais investimento na melhoria das condições fi-

sicas. “Para a prática de algumas disciplinas, precisamos de laboratórios, computadores”, reivindica Juliana Surcalo.

Para a vice-diretora, é preciso ficar claro que a reforma modifica todo o objetivo do ensino. “Antes trabalhávamos o conteúdo como um fim em si mesmo. O objetivo era que o aluno aprendesse de forma decorativa, para despejar o conhecimento na prova do vestibular.

Agora trabalhamos o conteúdo para levar o aluno a desenvolver habilidades e competências”. Todos estão ansiosos pelo ano que vem.

“Já estamos ensinando sobre gases de forma interdisciplinar.

O resultado me deu novo ânimo. Há tempos eu não via os alunos tão entusiasmados”

Fernando Guerra
Professor de Física

Implementar as mudanças desejadas não é nada fácil. “É um trabalho intenso, cansativo, mas é viável e o resultado final vale a pena”

Ana Maria Andrade
Professora de História

Escola adota reforma um ano antes

Na Estadual Condessa Filomena Matarazzo, zona leste paulista, reforma é mais que bem-vinda

BRENA ZANON

Enviada especial da ACS/MEC

São Paulo - O novo ensino médio já é realidade na Escola Estadual Condessa Filomena Matarazzo, zona leste da capital. Aberta a mudanças, a escola se adiantou e desde 1998 trabalha com o agrupamento das disciplinas por áreas de conhecimento, com a interdisciplinaridade e contextualização.

“Os conceitos da reforma já eram o desejo dos professores”, afirma o professor de Filosofia José Renato Barbosa. E vai mais longe. “A reforma é, na verdade, um resgate do conceito da universalização do conhecimento pregado no século VI a.C.”, ensina.

A professora de História Valéria Souza lembra que a reforma não aconteceu de uma hora para outra. Foi preciso todo um processo de adaptação. “Não adianta a escola achar que de um ano para outro já vai começar a implementar a interdisciplinaridade, a regionalização e os outros conceitos”, adverte. “Há anos, os professores pensam nas suas disciplinas como gavetas de conhecimento independentes. Aprender a pensar universalmente requer tempo, preparo e engajamento dos professores”.

Todos são unânimes com relação à necessidade de conscientização de pais e alunos para a implementação. “A reforma prega a formação e não apenas a informação dos

alunos. Para isso, é preciso trabalhar a visão de alunos e pais, para que entendam os seus papéis e o da escola”, afirma o professor de Física Max de Almeida.

Valéria Souza acredita que o trabalho de conquista de pais e alunos tem como meta a própria valorização da escola. Segundo a professora, a valorização facilita a criação de um ambiente propício a mudanças e impulsiona a busca pela qualidade do ensino.

Vertentes - Outro fator a ser destacado é que, nessa escola, a Educação Profissional e o ensino médio são concomitantes: os alunos cursam o ensino médio em um período e o profissional, em outro.

Segundo a vice-diretora da escola, professora Eliane Arriero, a reforma veio para solucionar um problema crônico da Educação Profissional. “Para trabalharmos com a área, simplesmente reduzíamos o conteúdo das disciplinas da base comum – História, Geografia, Química, Física, Biologia”, relata. O resultado eram alunos com formação deficiente, despreparados para a realidade. “Minha irmã cursou Educação Profissional, não arrumou emprego e acabou tendo que fazer cursinho, porque não tinha base para prestar o vestibular”, conta Michele Souza, aluna do 2º ano do ensino médio.

Por isso, mesmo quem tem que cursar os dois níveis não reclama. “Agora estamos mais preparados para enfrentar o mundo”, explica Thiago Alves, aluno do 2º ano do ensino médio.



“A reforma é um resgate do conceito da universalização do conhecimento, pregado no século VI a.C.”

J. Renato Barbosa
Professor de Filosofia



“Há anos, pensamos nas disciplinas como gavetas de conhecimento independentes. Aprender a pensar universalmente requer tempo, preparo e engajamento dos professores”

Valéria Souza
Professora de História



Discernimento: engajados, os alunos ajudam professores com a interdisciplinaridade

Ensino agora está mais claro

Quando a escola começou a trabalhar com a reforma, o engajamento dos alunos foi fundamental. “Começamos a lidar com os textos de forma interdisciplinar em História, Geografia e Filosofia e os alunos nos ajudaram a perceber que estávamos dando enfoques muito parecidos nas disciplinas”, relata Valéria Souza, professora de História. Graças a isso, os professores puderam rever toda a proposta.

Agora, além de delimitar o tema único que vai nortear o trabalho de cada área de conhecimento, eles trabalham os assuntos que serão discutidos em cada disciplina. Sempre em equipe, para que os professores estejam conscientes de todo o ensino e passem a entender o conteúdo como um todo.

Textos - Outra solução encontrada pela escola foi o trabalho com textos. “Na área de Ciências Humanas só usamos os livros como norteadores do trabalho em sala”, conta a professora. Todas as disciplinas trabalham com o mesmo texto, sempre com abordagens diferentes.

Os alunos aprovam. “O ensino agora está mais claro, as coisas começaram a fazer sentido, porque o que eu vejo com o professor de História eu vejo sob outro foco com o professor de Geografia e, finalmente, consegui entender o que é contexto”, diz a aluna do 2º ano, Isabel de Andrade, que voltou para a escola depois de 20 anos. “Se na minha época fosse assim, eu não teria parado de estudar”, garante.

Exatas - A área de Exatas da escola ainda não conseguiu aplicar a reforma totalmente. Segundo os professores, não está sendo fácil achar o eixo norteador de cada ano. Segundo o professor Almeida, além das classes serem muito heterogêneas, é preciso adaptar o conteúdo cobrado no vestibular para essa nova realidade.

Apesar disso, os alunos aplaudem as reformas da área. “Assim é muito mais confortável, porque o que eu estou vendo em Matemática está sendo lembrado pelo professor de Física. Se eu não entender em uma matéria, entendo na outra”, explica Thiago Alves.

Repercussão no campus

Reforma é bem recebida nas universidades

Professores universitários do País acreditam que Educação vive momento promissor com a reforma do ensino médio

MOTA BRITTO
da ACS/MEC

A reforma do ensino médio está sendo vista com entusiasmo pelas universidades. A expectativa é de que ela melhore a formação geral, a capacidade de raciocínio e o interesse dos estudantes que chegam ao ensino superior. O professor universitário Cláudio Ricardo de Lima, hoje diretor do Cefet do Ceará, acha que a reforma resgata a relação mestre-aluno que existia na Grécia Antiga. “É o renascimento daquela figura que aponta caminhos e faz a pessoa pensar e buscar respostas,” diz.

O professor de Física Elias Theodoro da Silva Junior, também do Ceará, acrescenta que a reforma deve transcender a velha relação em que o jovem se limitava a assistir à aula, copiar as anotações do quadro-negro, fazer o dever de casa, sem se interessar efetivamente por aquilo que estava aprendendo.



Julio César Paes

Não só professores, mas também alunos mostram-se animados com as mudanças

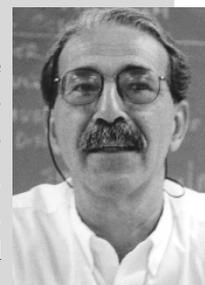
“Chegou-se à conclusão de que a escola é incapaz de ensinar tudo. O aluno aprende também com a vida. A escola é apenas o espaço onde ele constrói o seu conhecimento com a ajuda do professor”, diz. “O aluno tem que

argumentar, participar, ir à biblioteca, fazer experimentos, enfim, ser questionador do conhecimento que absorve”, completa o professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP), Luiz Carlos Menezes.

Aprovação unânime

Algumas instituições de ensino superior já estão alterando seus currículos, como, por exemplo, a Universidade Federal de Mato Grosso. O professor de Língua Portuguesa e coordenador do vestibular, Elias Alves de Andrade, considera o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) o carro-chefe da reforma. “As universidades precisam rapidamente adaptar seus vestibulares, que ainda são muito conser-

vadores”, afirma. O professor e vice-diretor da Faculdade de Comunicação Social da UnB, Luiz Gonzaga Motta, admite que o atual modelo de ensino



Gonzaga Motta

leva à desmotivação – mas a culpa não é só dos alunos. “Muitos são desinteressados porque os professores não sabem como estimulá-los”, reconhece.

Pragmatismo - “Todo esforço menos acadêmico e mais pragmático é louvável”, afirma a escritora amazonense e professora universitária aposentada Astrid Cabral, hoje radicada no Rio de Janeiro. Ela lembra que, quando dava aula, não gostava que seus alunos lessem críticas sobre livros e textos.

“Sempre pedia para eles lerem o material e fazerem suas próprias críticas”. Paraphrasing Oswald de Andrade, Astrid diz que é preciso “ver com os olhos livres”.

De acordo com Lisbeth Oliveira, professora de Comunicação Social da Universidade Federal de Goiás, a vantagem da reforma é o fato de oferecer ao aluno a possibilidade de direcionar suas pesquisas e estudos em áreas de seu interesse, inclusive combinando-as com outras áreas do saber.

■ Colaboraram Renata Moreira (estagiária) e redação da ACS / MEC.

Com bons olhos para o novo

Um verbo sintetiza todo o espírito da reforma: pensar. O professor Cláudio Ricardo, diretor do Cefet/CE, acha que é o interesse do aluno que se deve estimular. O que se pretende é que o jovem chegue à universidade mais maduro, mais consciente e apto a propor soluções.

Outro aspecto positivo destacado por ele é o modo de se agrupar o conhecimento por meio de módulos que interagem e dão uma visão geral de mundo. O aluno, segundo ele, deverá sair do Ensino Básico mais seguro quanto à carreira que pretende seguir. Deve diminuir o número de estudantes que se arrendem e abandonam o curso inicialmente escolhido, acredita.

O diretor vê com bons olhos também o fato de as escolas terem ganhado liberdade para construir

seu próprio currículo. “Isso dá novo sentido ao aprendizado, uma vez que possibilita inserir o ensino na realidade do estudante”, afirma.

Marlene Soares, especialista em Educação Especial da Universidade de Brasília (UnB), também ressalta a importância da elaboração dos currículos pelas escolas, que devem levar em



Marlene Soares

conta o preparo do corpo docente para atender ao aluno especial, diz. “Toda reforma traz uma melhora. Nesta, a sociedade deve trabalhar junto com a administração da escola, treinando sistematicamente seus professores e fomentando cidadania e responsabilidades sociais”, acrescenta.

“A reforma resgata a relação mestre-aluno que existia na Grécia Antiga. Renasce a figura que aponta caminhos e faz a pessoa pensar e buscar respostas”

Cláudio Ricardo de Lima
Diretor do Cefet/CE

“O Enem é o carro-chefe da reforma. As universidades precisam rapidamente adaptar seus vestibulares, que ainda são muito conservadores”

Elias Alves de Andrade
Professor de Língua Portuguesa e coordenador do vestibular da UFMT

Com a atenção voltada para o professor

Programa trabalha competência profissional do docente seguindo princípio da autonomia proposto na reforma

BRENA ZANON

da ACS/MEC

Ao lançar a proposta do novo ensino médio, o Ministério da Educação sabia que teria um longo caminho de trabalho pela frente. Afinal, para alcançar a meta não bastaria mudar os currículos. Seria preciso mudar a atitude dos professores, capacitá-los e melhorar as condições físicas das escolas, transformando-as em ambientes capazes de apoiar o novo ensino.

O MEC criou então o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed), que vai investir em três frentes: a Educação continuada dos professores, a criação de redes de apoio às escolas e o programa de acesso a bens culturais.

A política do Ministério para a Educação continuada do professor é a autoformação. Para isso, foram publicados os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* (PCNEM), que serão distribuídos a todos os professores até o fim do ano, além de séries produzidas pela TV Escola, com uma faixa específica para o ensino médio.



Para autoformação, docentes contam ainda com os PCNEM e as séries *Como Fazer* e *Ensino Legal*, da TV Escola

Autoformação pela TV Escola

Às segundas e quartas-feiras vai ao ar, pela TV Escola, a série *Como Fazer*.

Em cada programa, um documentário é analisado por três professores, um de cada área. Às quintas-feiras, a faixa exibe o programa *Ensino Legal*, que discute a legislação, os PCNEM e os princípios básicos da reforma.

Na sexta-feira é a vez do *Acervo*, onde serão transmitidos documentários longos, com o mesmo tema do programa *Como Fazer*. A análise do documentário vai por escrito, juntamente com a programação mensal da faixa especial do ensino médio da TV Escola.

Impressos - Outro instrumento do Ministério para investir na autoformação é uma série de materiais impressos também chamados *Como fazer*, com atividades de apoio e sugestões didáti-

co-pedagógicas para os professores, baseados nos princípios da reforma.

“Ao investir na autoformação, o MEC está reconhecendo a efetiva competência profissional dos professores e seguindo o princípio de autonomia proposto pela reforma”, afirma o coordenador-geral do ensino médio, Avelino Pereira.

Bens culturais - Já o programa de acesso a bens culturais busca facilitar o acesso do professor a teatros, cinemas, livros, revistas, jornais e

até mesmo computador.

Segundo Avelino, o Promed trabalha com todos os princípios da reforma, a interdisciplinaridade, a contextualização, a identidade e a autonomia. “O professor precisa vivenciar esses conceitos para poder aplicá-los com segurança”, afirma.

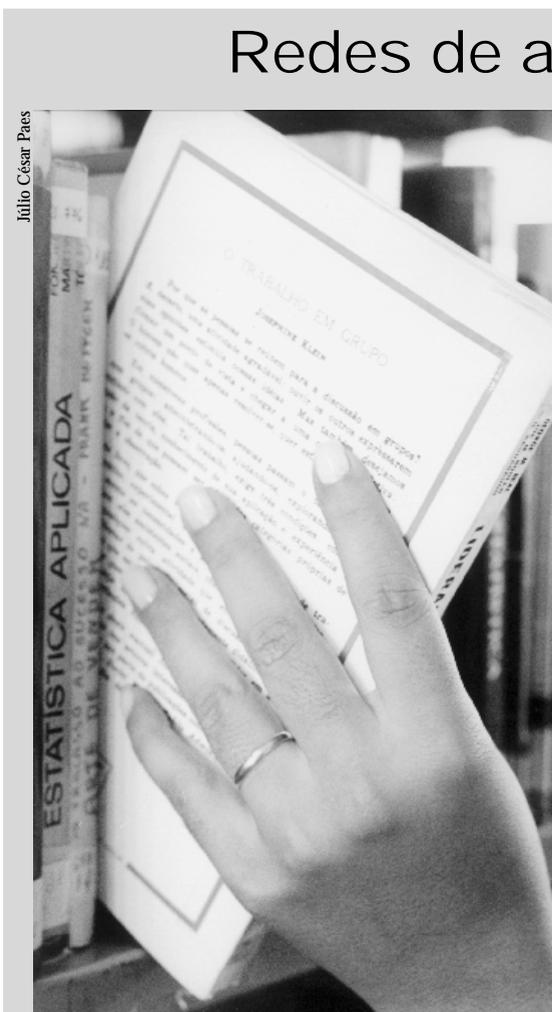
O Promed investe em três frentes – autoformação, programa de acesso a bens culturais e rede de apoio às escolas – todas dedicadas ao professor

Redes de apoio

A rede de apoio à escola também faz parte da política de autoformação do Ministério.

Cada secretaria de Educação fica responsável por identificar professores de ensino médio que estejam desenvolvendo trabalhos interessantes e inovadores, e por agrupá-los, para que apoiem o desenvolvimento de atividades novas em escolas próximas, trocando experiências.

O objetivo da rede é estimular os professores a desenvolverem projetos que tenham a ver com a realidade e necessidade local.



Julio César Paes

Educação prazerosa e criativa

O Banco de Ações Educacionais do MEC mostra exemplos de ações isoladas que refletem o pensamento dos *Parâmetros Curriculares* para o ensino médio. A experiência da professora Ana Neri Tashiro é um deles

PEDRO PAULO SANTANA
do Acorda, Brasil/MEC

Ao assumir as aulas de Psicologia e Filosofia na Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo (SP), em 1997, Ana Neri Braz dos Santos Tashiro observou que seus alunos – cerca de 150 adolescentes e jovens das segundas e terceiras séries do ensino médio –, tinham grande interesse por músicas, inclusive de ouvi-las em sala de aula, e só estavam preocupados em tirar a nota necessária para não repetir o ano.

Na classe, passavam o tempo ligados em *walkman*, o assunto do momento. Ana Neri decidiu então descobrir de que temas seus alunos gostavam e começou por conhecer as músicas que eles tanto ouviam. Deu certo. Logo os estudantes passaram a levar para a classe letras de sucessos de grupos como Cidade Negra e Titãs e do músico Gabriel, o Pensador. Foi fácil, a partir daí, chegar a canções interpretadas, por exemplo, por Milton Nascimento e Elis Regina.

Textos - “Os alunos não demonstravam gosto por leitura”, conta a professora, que resolveu aproveitar o interesse deles por música para interpretar as letras, passando a poemas e outros textos.

Começou, então, a discutir a poesia de autores como Cecília Meireles e



A paixão da turma por música ouvida em *walkman* poderia resultar em repressão. Ao contrário, deu à professora o mote para levá-los a gostar de poesia e até filosofia

Carlos Drummond de Andrade. Motivados, os jovens se aventuraram também em textos do filósofo grego Sócrates e do pai da Psicanálise, Sigmund Freud.

Liberdade - Foi importante, ela conta, quando um dos alunos entregou, no final do ano, uma poesia escrita por ele sobre liberdade, refletindo a respeito da possibilidade de escrever, sentir e pensar, incentivada pela professora.

Durante o ano, foram usados filmes, músicas, dinâmicas de grupo, debates e jornais, que fizeram com que os alunos deixassem a preocupação de apenas passar de ano e começassem a demonstrar efetivo interesse pela leitura.

Ela conduziu o trabalho tendo como incentivo a idéia de que “o momento do caos prenuncia uma nova ordenação, desde que não se tente impor ordem”.

O resultado foi a premiação no concurso *Leia, Brasil*, promovido pela Fundação Victor Civita, Petrobras e Unesco, com uma viagem a Paris, em março de 1998. Além de participar de um circuito cultural e de apresentar os trabalhos na sede da Unesco, ela visitou o Salão do Livro, um dos maiores eventos editoriais do mundo, que homenageou o Brasil.



Ana Neri colhe os frutos de seu trabalho

Projeto torna método acessível

Entre julho e setembro de 1998, o Centro do Professorado Paulista convidou a professora para realizar um projeto que tornasse acessível a outros profissionais a sua experiência de sucesso.

O projeto recebeu o nome de *Falar e Escrever, Ouvir e Ler: Prazer e Criatividade na Comunicação*, tendo na sua primeira turma 26 participantes, entre professores e coordenadores de escolas públicas de ensino fundamental e ensino médio, das cidades de São Paulo, Diadema, São Bernardo do Campo, Rio Grande da Serra, Cotia, Atibaia e Guarulhos.

Ana Neri acredita no professor como um pesquisador do ensino, aquele que não tem métodos definitivos, mas que, contando com a participação dos alunos, encontra novas maneiras para realizar o seu trabalho.

“Esse trabalho exige do educador um papel de verificar as potencialidades reais do educando, fazendo com que se desvincule de falsas crenças sobre si mesmo, adquiridas anteriormente, as quais não permitem que ele se desenvolva”.

Exemplo que vem do Ceará

Uma pequena escola estadual, encravada no pé da serra, em Redenção, a 62 km de Fortaleza, decidiu entrar para a História. Foi a primeira a implantar a semestralidade no ensino médio no estado.

“Tinha gente que achava que éramos cobaias”, diz Ana Cristina Ferreira, diretora da Escola Dr. Brunilo Jacó, que possui 1.080 alunos, 20

professores e 18 funcionários. “Aceitamos o desafio, porque do jeito que estava não dava para ficar”, justifica.

A diretora recorda que, antes, seus alunos se dividiam entre onze disciplinas, ministradas de forma simultânea, ao longo do ano letivo. A partir do início de 1998, com a adoção da semestralidade, o estudo ficou mais concentrado. Agora, eles se dedicam somente a quatro maté-

rias simultaneamente. “Diminuiu muito a ansiedade dos alunos, que não precisam mais ver tantas disciplinas de uma só vez”, destaca a professora de Português Teresinha de Oliveira.

Para a diretora Ana Cristina, “um clima ameno” ajuda a reduzir a evasão e diminui os índices de reprovação. Além disso, a escola aboliu o sistema formal de avaliações bimestrais. As

notas não são mais atribuídas somente por meio de provas, mas por uma série de atividades, como oficinas, gincanas e concursos.

A semestralidade permite ainda que o aluno reprovado numa disciplina recupere o estudo da matéria no período seguinte, sem ter que abandonar sua turma. Um método semelhante ao adotado nas universidades.